

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação Popular de Fortaleza

Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de 2018 (dois mil e dezoito), no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Habitacional da Prefeitura de Fortaleza – HABITAFOR, sito à Rua Paula Rodrigues, 304, Fátima, Fortaleza, às nove horas, deu-se início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação Popular COMHAP, com a presença dos seguintes conselheiros: Mário Fracalossi Junior (Iplanfor); Águeda Maria Frota Ribeiro (Seuma); Rosângela de Albuquerque e Silva (Sepog); Daniel Andrade Girão (Secretaria Estadual das Cidades); Fabiano Magalhães de Mesquita (Habitafor); Iracema de Oliveira Machado (Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social); Daniel Gonçalves Rodrigues (Central Única dos Trabalhadores); Rebeca Gaspar Maia (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); Adriana Gerônimo Vieira Silva (Fundação Marcos Bruin); André Araújo Almeida (Universidade de Fortaleza); Francisvaldo Paixão Freire (Movimento Nacional de População de Rua). Ausência Justificada: Clausens Roberto de Almeida Duarte (Sinduscon). Convidados: Antonio Silvestre Leite e Juciana Godoy (Habitafor) e Gorete (SDHDS) e Fernanda (Pastoral Povo da Rua). Seguindo a pauta apresentada no ofício de 21 de novembro de 2018, foram apresentados e debatidos os seguintes itens: **Informes:** **a) ZEIS:** *Daniel Rodrigues* levantou preocupação com a questão da titularização das posses nas áreas das zonas especiais de interesse social ZEIS, pois os prazos para aprovação dos Pirfis (Plano Integrado de Regularização Fundiária) estão exíguos. Os planos tem que ficar prontos até final de 2019. *Mário Fracalossi* pontuou que realmente os planos tem que ficar prontos em 2019 para que a Prefeitura possa iniciar os processos de contratação das obras para efetivação dos Pirfis. Mas ponderou sobre a possibilidade de discutir os prazos de aprovação dos Pirfis. Cada ZEIS vai definir seus prazos, mas dentro do planejamento do ano de 2019. *Adriana Gerônimo* falou sobre aprovação das rubricas específicas para as ZEIS dentro da Lei Orçamentária. Foi uma conquista das entidades organizadas, pois elas articularam as aprovações. *Adriana* também relatou que a comunidade do Lagamar não foi informada que o governo irá construir uma “areninha” no local onde serão construídas moradias para as famílias que tiveram que sair de suas casas para construção do VLT. *Mário Fracalossi* sugeriu que se fizesse reunião com os técnicos do governo estadual para explicar o que são ZEIS, reunindo todos: Estado, Prefeitura e Comunidade. *Adriana Gerônimo* pontuou que a comunidade do Lagamar irá fazer uma consulta popular sobre o local onde as unidades habitacionais serão construídas. Com esse debate sobre ZEIS foram aprovados dois **encaminhamentos:** **1.** Fazer reunião com os técnicos do governo estadual sobre ZEIS e **2.** O Conselho encaminhará ofício ao IPLANFOR e a HABITAFOR para que esses dois entes informem qualquer atividade que será realizada nos locais onde estão as ZEIS. **b) Orçamento Público:** Mário Fracalossi afirmou que orçamento para realização dos Pirfis estará nas rubricas do IPLANFOR. E as demais ações, pós Pirfis, estarão nas rubricas das Secretarias afins. **c) Assessoria Técnica:** Rebeca apresentou edital que o CAU está realizando para contratação de assessoria técnicas para as comunidades realizarem intervenções urbanísticas. As inscrições irão até o dia sete de dezembro. **d) Ministério das Cidades:** *Antonio Silvestre* mostrou preocupação com a extinção do Ministério das Cidades, pois os recursos para habitação podem minguar e prejudicar os trabalhos da Habitafor, por exemplo. Ainda é uma interrogação muito grande sobre o governo federal que tomará posse, mas o fato de não priorizar as políticas sócias pode prejudicar em muito as políticas habitacionais. **Atas anteriores:** foram aprovadas as atas da reunião ordinária do dia 16 de

outubro e da reunião extraordinária do dia 23 de outubro de 2018. **Conferência Municipal de Habitação:** foi sugerida e aprovada a realização da 3ª Conferência Municipal de Habitação para o mês de maio de 2019. Para isso, foi aprovada uma Comissão que irá tocar os trabalhos relativos à Conferência. Ela será formada por sete membros representando os segmentos: universidade, movimento popular, patronal, poder público, sindicato dos trabalhadores, organização não governamental e conselho de classe. Todos eles terão o prazo até o dia 20 de dezembro de 2018 para apresentarem seus representantes na comissão. Próxima reunião do Conselho será no dia 05 de fevereiro de 2019. Nada mais a tratar, Eu, Antonio Silvestre Leite, redigi e assino esta ata. Fortaleza, 04 de dezembro de 2018.